

## Considerando:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, de 08 de fevereiro de 1985;

Que a cooperação técnica na área de desenvolvimento urbano reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Ajustam o seguinte:

## Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa a implementação do projeto "Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da cidade de Santiago de los Caballeros".

2. O mencionado projeto tem como objetivo estabelecer um plano estratégico de desenvolvimento integrado urbano e implementar projeto piloto para reduzir o uso indevido dos espaços urbanos do centro histórico-comercial da cidade de Santiago de los Caballeros.

3. O citado projeto materializado sob forma de Documento de Projeto integra o presente Ajuste Complementar como Anexo I e deve ser cumprido em sua totalidade.

## Artigo II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, doravante denominada Entidade Executora.

## Artigo III

O Governo da República Dominicana designa:

a) o Secretariado Técnico da Presidência da República Dominicana (STP) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) a "Asociación para el Desarrollo, Inc (APEDI)", a "Comisión de Monumentos Históricos de Santiago de los Caballeros" e o "Ayuntamiento del Municipio de Santiago" como responsáveis pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, doravante denominadas Entidades Executoras.

## Artigo IV

1. As Entidades Executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos no projeto decorrente do presente Ajuste Complementar, os quais serão examinados nas reuniões de Comissão Mista de cooperação técnica e/ou em encontros anuais a serem previamente acordados;

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente cientificadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

## Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Dominicana.

## Artigo VI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 12 (doze) meses, a menos que uma das Partes comunique à outra, por Nota Diplomática, sua decisão de prorrogá-lo.

## Artigo VII

1. As Partes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, modificar ou emendar o presente Ajuste Complementar. As modificações ou emendas entrarão em vigor a partir da data de sua formalização.

2. A denúncia do presente Ajuste Complementar não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

## Artigo VIII

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, de 08 de fevereiro de 1985.

Feito em Santo Domingo, em 7 de abril de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República  
Federativa do Brasil  
ELIM DUTRA  
Diretor-Geral da Agência  
Brasileira de Cooperação

Pelo Governo da República  
Dominicana  
JUAN TEMÍSTOCLES MONTÁS  
Secretário Técnico da Presidência  
da República Dominicana

## Programa de Cooperação Técnica Brasil-República Dominicana

## Projeto

Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da cidade de Santiago de los Caballeros  
Março, 1999

## I. Identificação do Projeto

1. Título do Projeto: Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da Cidade de Santiago de los Caballeros

2. Duração Prevista: 12 meses

3. Custo Estimado

• Brasil.....	US\$ 213,380
• República Dominicana:	US\$ 575,400
Total.....	US\$ 788,780

4. Entidade Proponente

Nome: Comisión de Monumentos  
Asociación para el Desarrollo, Inc. (APEDI)  
Ayuntamiento de la Municipalidad de Santiago

Endereço: General López, No. 32, Santiago, Rep. Dom.

Tel. 581-1980, 583-9581, 582-5070

Fax 971-0181

Título: Mons. Roque Adames (Presidente Comisión)

Lic. Manuel José Cabral (Presidente APEDI)

Dr. Héctor Grullón Moronta (Síndico Santiago)

5. Entidade Cooperante:

Nome: Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)

Endereço: Rua Bom Jesus 669  
80420-060 Curitiba - Pr

6. Entidades Coordenadoras:

Nome: Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Endereço: Anexo I do Palácio do Itamaraty, 8º Andar  
Tel. 411-6887/6856 - Fax 411-6894

Nome: Secretariado Técnico da Presidência da República Dominicana (STP)

## II. O Projeto

1. Título do Projeto

"Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da Cidade de Santiago de los Caballeros"

2. Descrição do Subsetor

2.1 As Novas Políticas Municipais. Com a troca de governo ocorrida em 1996 e a nova composição das forças político-partidárias dentro do Congresso da República, iniciou-se um processo de reformas no sentido de fortalecer as diferentes esferas do poder do Estado, principalmente o próprio Congresso, o poder eleitoral e o poder municipal. No que diz respeito ao poder municipal, foi aprovada nova lei que significou um aumento substancial do orçamento dos ajuntamentos, que permitiu elevar de menos de 2% a 4% seu orçamento em relação ao orçamento geral da Nação. Isso significará receitas anuais, para o caso do Município de Santiago, de aproximadamente RD\$130,000,000.00, equivalentes a US\$7,500,000.00 anuais. Com isso, a prefeitura tem podido ampliar suas dotações, o que tem estimulado um processo participativo frente à consolidação do governo local com integração e participação de grupos e setores diversos da sociedade civil.

2.2 Los Problemas Urbanos. Apesar do mencionado anteriormente, os municípios e prefeituras acumulam uma longa cadeia de déficits, principalmente na zona urbana dos principais centros populacionais (Santo Domingo e Santiago), como consequência dos seguintes aspectos:

- Alta concentração urbana e o alto índice migratório do campo para a cidade.
- Proliferação dos bairros periféricos.
- Diversificação das atividades econômicas, comerciais, industriais e de serviços.
- Rápido crescimento urbano das zonas residenciais,
- Limitações dos serviços públicos e coletivos (educação, transporte, saúde, ambientais etc.).
- Limitações de recursos frente às grandes demandas por serviços.
- Concentração populacional, sobretudo na zona central das cidades, sendo complexo e difícil o manejo dos centros urbanos das cidades em geral.
- Inadequação entre os padrões culturais das novas populações urbanas e o marco normativo da cidade.

2.3 Novas Iniciativas Urbanas. Frente aos problemas anteriores, tanto o setor público como o privado vêm desenvolvendo diferentes iniciativas para encarar a situação urbana, especialmente no que se refere ao saneamento, planejamento dos serviços, manejo dos resíduos sólidos, transporte e trânsito urbanos, projeto urbano e imagem futura das cidades.

Outros aspectos a estabelecer são de índole normativa, especificamente de reordenamento urbano, que sirva de base para um programa de educação urbana para contribuir à melhoria dos padrões de comportamento dos agentes urbanos, em particular dos transeuntes que fazem uso do espaço urbano de maior concentração e densidade, como na zona central. No caso de Santiago, seu Centro Histórico-Comercial recebe diariamente a entrada e saída de aproximadamente 155 mil pessoas que circulam em uma área de 4 Km2 de uma população urbana que beira os 500 mil habitantes.

Os principais projetos e iniciativas que atualmente se desenvolvem em Santiago são: O Plano de Desenvolvimento Estratégico, Projeto de Capacitação e Gestão Urbana do CEUR; Projeto de Manejo Integral de Bacias da *Asociación para el Desarrollo, Inc.*; Programa de Microplanejamento para o Saneamento Urbano e a Reabilitação de Moradias; e Capacitação em Bairros Periféricos. Uma iniciativa de grandes perspectivas resulta dos acordos firmados entre a Prefeitura de Curitiba (Brasil), o Ayuntamiento de Santiago, a *Asociación para el Desarrollo* a *Comisión del Monumento del Centro Histórico de Santiago*, mediante a qual tem-se realizado uma série de "workshops" e encontros orientados para planejamento e educação urbana da cidade de Santiago.

Todas estas iniciativas que são impulsionadas por instituições interrelacionadas poderiam ser favorecidas por um trabalho de assistência técnica que sirva de suporte técnico-profissional a todas elas, e em particular para um "Programa de Educação Urbana" que tais instituições se propõem colocar em funcionamento.

3. Justificativa

- Transformação do Centro Histórico-Comercial

Santiago tem sido submetida, nos últimos 30 anos, a um acelerado crescimento populacional da cidade, que tem significado passar de uma população de 80.000 para pouco mais de 500.000 habitantes. Este rápido crescimento originou-se por um forte processo migratório do campo para a cidade e interurbano, por ser Santiago a cidade principal da ampla região do Cibao, que constitui a zona de maior população e de maior atividade agro-industrial e comercial do país. Isso tem significado para a cidade de Santiago e especialmente para o seu Centro Histórico-Comercial um considerável aumento da massa de transeuntes que fazem uso do espaço urbano.

- Desenho do Traçado Urbano

O grande volume de usuários da Cidade de Santiago, especialmente em sua zona central se depara com um traçado urbano que provém dos tempos da Colônia, século XVI, caracterizado por uma rede viária composta de estreitas vias que não foram projetadas para acomodar uma população tão considerável como a que atualmente utiliza essa zona da cidade. O problema tem-se agravado com as últimas tendências registradas, especialmente no Centro Histórico-Comercial, que o tem transformado em uma área de grandes estabelecimentos de varejo e atacado. Este processo tem provocado uma translação dos pontos comerciais periféricos de uso massivo em direção ao Centro Comercial da cidade. Com isso, faz-se mais crítico ainda o congestionamento, tanto de pedestres como de veículos que se concentram no centro. Desta maneira, o Centro Histórico-Comercial atrai um público diversificado composto por residentes, trabalhadores e compradores comerciais e familiares, que se aglutinam nessa área. O Estudo Sócio-Econômico do Centro Histórico realizado pelo CEUR assinala que umas 155 mil pessoas entram e saem diariamente do Centro Histórico, enquanto que pouco mais de 40 mil trabalham na área, cuja superfície é de 46.5 hectares.

- Ausência de Normas e Debilidade de Autoridade